



Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA Nº 98.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1988.
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Nestor Baptista.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Ayr Messadri, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, João Arruda, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (23). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Ezequias Losso, Geremote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Missignan, Paulino José Delazeri, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes e Tadeu Lúcio Machado (31).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus está aberta a sessão.

Antes de passar à leitura da Ata, a Mesa anuncia que a Ordem do Dia anunciada para a sessão de hoje, será transferida para a sessão de amanhã por ter só chegado nesta data ofício do Senhor Governador do Estado.

O Senhor 2º Secretário fará a leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury). Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Para Discutir) - A

Ata que está sendo colocada em votação neste instante, dela consta a determinação do Presidente da sessão de ontem que quando houvesse matéria a ser discutida no Período Extraordinário a Presidência, faria a comunicação e convocação dos Senhores Deputados.

Não houve esta convocação, portanto a sessão de hoje é totalmente ilegal porque não foi convocada com 24 horas de antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, em parte, atende a questão de ordem levantada por Vossa Excelência. Não votará a matéria da Ordem do Dia.

Vai transferi-la para a sessão de amanhã, mas a sessão prossegue para aprovação da Ata e leitura do Expediente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a sessão não pode continuar.

A Ata que votaremos em seguida e, votaremos ilegalmente, dela consta que os Senhores Deputados serão comunicados e convocados para uma sessão.

Grande parte dos nossos companheiros, tenho absoluta certeza, não sabem da sessão de hoje porque ontem ficou definido que somente teria nova sessão quando houvesse uma comunicação e uma convocação da Presidência, o que não ocorreu nas últimas 24 horas. Fomos apenas surpreendidos com a Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas a Ordem do Dia será transferida para a sessão de amanhã.

A sessão é ordinária no período de convocação e é obrigatória a realização de sessão de todos os dias.

Agora, a matéria, Vossa Excelência tem de sobejo razão. Ela não vai ser votada hoje.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Mas, Senhor Presidente, o Presidente durante a sessão de ontem, determinou a suspensão do período, que convocaria nova sessão, mediante convocação especial dos Senhores Deputados.

Estou defendendo o direito dos demais Deputados que não sabiam, como eu que fiquei sabendo hoje pela manhã da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não altera nada. A Mesa só vai determinar a leitura do expediente e vai suspender a

sessão e, amanhã anuncia a Ordem do Dia da sessão de hoje, já mencionado no Ofício do Senhor Governador do Estado.

A Ata será votada amanhã.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os n.ºs DTL/235, 236 e 237/88, do Senhor Governador do Estado comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

102/87 - Do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações conforme especifica, à Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.901. Anote-se Arquite-se.

274/88 - Do Poder Executivo, que autoriza a constituir uma sociedade de economia mista para a implantação, administração e exploração do Centro de Convenções de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.902. Anote-se. Arquite-se.

315/88 - Do Poder Executivo, que altera parcialmente a Tabela de Escalonamento Vertical estabelecido pelo artigo 118, da Lei n.º 6.417/73, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.903. Anote-se. Arquite-se.

Mensagens:

MENSAGEM N.º 124/88

Curitiba, 06.12.88.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a "Contribuição de Melhoria", com base no inciso III, do artigo 145, da Constituição Federal.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 918/88, de 05 de dezembro de 1988, a mim dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida ora encaminhada a essa Augusta Assembleia Legislativa, o que, face à urgência e relevância da matéria, solicito seja feito no atual período de convocação extraordinária, a fim de que, por força de preceitos da Magna Carta, seja transformada em lei com eficácia a partir de 1º de março de 1989.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Curitiba, quarta, em 07.12.88

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Esta Lei institui, com base no inciso III do artigo 145 da Constituição Federal, contribuição de melhoria.

Art. 2º - A contribuição de melhoria tem como fato gerador a realização de obras públicas de que decorra benefícios a bens imobiliários.

Parágrafo Único - A Contribuição de Melhoria será cobrada para fazer face ao custo de obras públicas e terá como limite de sua cobrança o custo da obra que poderá ter sua expressão monetária atualizada à época do lançamento.

Art. 3º - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel beneficiado.

Art. 4º - Para fixação da contribuição devida adotar-se-á como critério, o benefício resultante da obra, em sua expressão monetária, calculado através do rateio proporcional do seu custo total ou parcial, em relação às respectivas áreas de influência delimitadas em edital.

Art. 5º - O lançamento deste tributo será precedido de publicação prévia de edital com os seguintes elementos:

a) delimitação da área beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos;
b) memorial descritivo do projeto;
c) orçamento total ou parcial do custo da obra;

d) determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Parágrafo 1º - O edital fixará prazo de trinta dias para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos neste artigo.

Parágrafo 2º - A impugnação será dirigida à autoridade expedidora do edital, mediante petição, acompanhada de laudo técnico contestatório, que constituirá a base para a instauração do processo administrativo de instância única regulamentado em decreto.

Parágrafo 3º - Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos referidos neste artigo.

Art. 6º - A contribuição será lançada de ofício e o contribuinte será notificado para pagá-la em até 20 (vinte) parcelas mensais, atualizadas monetariamente, vencendo-se à primeira no último dia útil do mês seguinte ao do recebimento da notificação e as demais no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 1º - O contribuinte que recolher a contribuição de uma só vez, dentro do prazo da primeira parcela, gozará do desconto de vinte por cento do seu va-

lor.

Art. 7º - Expirado o prazo para pagamento de qualquer parcela, o crédito tributário será onerado de:

I - multa de sessenta por cento;

II - juros, à razão de um por cento ao mês ou fração;

III - correção monetária mensal, nos termos da legislação aplicável;

Parágrafo Único - Serão observados em relação ao tributo de que trata esta Lei os mesmos coeficientes e critérios utilizados para a cobrança dos juros de mora e a atualização monetária do imposto a que se refere a alínea "b", do inciso I, do art. 155, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo 2º - A forma e local de pagamento serão estabelecidas em Instrução expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 8º - O procedimento relativo ao lançamento de ofício, observará, no que couber, o rito do processo administrativo fiscal de instrução contraditória previsto na Lei Orgânica do Imposto de que trata o art. 155, inciso I, alínea "B" da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 9º - A Secretaria de Estado da Fazenda compete:

a) resolver os casos omissos e regulamentar esta Lei através de instrução;

b) manter órgão que terá por incumbência específica responder a consultas sobre o imposto de que trata esta Lei na forma de regulamentação específica.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de março de 1989.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Of. 918/88-GAB

Curitiba, 05 de dezembro de 1988.
Senhor Governador.

Pelo presente, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência as razões para instituição, no Estado do Paraná, da Contribuição de Melhoria.

Entre os especialistas em matéria tributária e financeira há consenso de que a Contribuição de Melhoria é, dentre todos os tributos, o mais justo.

ALIOMAR BALEIRO não vacila em afirmar que

"A contribuição de melhoria oferece matiz próprio e específico: ela não é contraprestação do enriquecimento ganho por um proprietário em virtude de obra pública concreta no local da situação do prédio. Daí a justificação doutrinária do tributo pelo princípio de enriquecimento sem causa, peculiar ao Direito Privado. Se o Poder Público, embora agindo no interesse da

coletividade, emprega vultosos fundos desta em obras restritas a certo local, melhorando-o tanto que se observa elevação do valor dos imóveis aí situados, com exclusão de outras causas decorrentes da diligência do proprietário, impõe-se que este, por elementar princípio de justiça e de moralidade, restitua parte do benefício originado do dinheiro alheio". ("In" Uma Introdução à ciência das Finanças, Ed. Forense, Rio, 1978, Pág. 288).

Outro eminente tributarista, BERNARDO RIBEIRO DE MORAES, preleciona que a Contribuição de Melhoria

"nasceu da complexidade das necessidades individuais e coletivas, públicas e privadas. O benefício trazido pela obra pública atinge os cidadãos da comunidade, abrangendo de modo especial os proprietários de imóveis lindeiros à obra. Em outras palavras, a obra pública traz o enriquecimento de alguns à custa dos demais cidadãos. O proprietário que obteve a valorização imobiliária, decorrente da obra pública, deve pagar ao Estado um tributo, para que este receba do que gastou à custa da coletividade. A contribuição de melhoria aparece, conforme vemos, em decorrência do princípio do benefício: o gasto público deve ser financiado pelas pessoas que recebem o benefício. Lembra SYLVIO SANTOS FARIA que não seria justo, em face do princípio geral do Direito, "que toda a coletividade pagasse impostos e o Estado os empregasse em obras, que iriam beneficiar imediatamente a propriedade de alguns". E conclui. "sendo o Estado a representação do interesse coletivo, e sendo ele quem desembolsou a quantia necessária à realização da obra pública, deve, portanto, no limite do custo, tributar os efeitos equivalentes à valorização das propriedades imobiliárias (XVII, pag. 63).

De um lado, o Estado (a comunidade), com seu dinheiro, constrói uma obra pública, a qual irá causar valorização da propriedade particular. Surge, então, de outro lado, para o proprietário desse imóvel, um enriquecimento sem causa. Em decorrência, deve o Estado servir-se de um instrumento que absorva a totalidade ou uma parte desse "benefício" do particular. Temos, assim, um instrumento de custeio de obras públicas, do gasto público, que deve ser financiado pelas pessoas que recebem o benefício (valorização imobiliária). Aparece, então, a contribuição de melhoria, das quais decorra valorização imobiliária." ("In Compêndio de Direito Tributário, Ed. Forense, Rio, 1984, páginas 295/6).

Seria preciso dizer mais para justificar a instituição da Contribuição de Melhoria prevista no inciso III do artigo 145 da nova Constituição Federal? Ao pagá-

-lo o contribuinte não está pagando um serviço estadual mas, sim, devolvendo ao Estado uma pequena parcela do benefício recebido pela execução da obra pública, para que o Estado recupere parte dos recursos públicos que custearam a obra.

A obra pública ao valorizar imóveis de particulares causa um acréscimo patrimonial, ou segundo Geraldo Ataliba "uma riqueza imerecida".

Nada mais justo, portanto, que se dote o Estado de instrumento capaz de propiciar-lhe a recuperação de parcela do dinheiro da sociedade investido, tomando por base a valorização imobiliária causada por obra pública.

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Mensagens:

MENSAGEM N° 125/88

Curitiba, 06 de dezembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que diz respeito ao Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, com base no artigo 155, inciso I, letra "a", da Constituição Federal.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n° 916/88, a mim dirigido pela Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida ora encaminhada ao exame dessa augusta Assembléia Legislativa, o que, face à urgência e relevância da matéria, solicito seja feito no atual período de convocação extraordinária, a fim de que, por força de preceitos da Magna Carta, seja transformada em lei com eficácia a partir de 1° de março de 1989.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Símula: Lei orgânica do imposto sobre a transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos.

Capítulo I FATO GERADOR

Art. 1° - O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens e direitos pela via sucessória ou por doação,

tem como fato gerador:

I - a transmissão "causa mortis" ou por doação de direitos e da propriedade, posse ou domínio de bens móveis ou imóveis;

II - a transmissão, por uma das modalidades previstas no inciso anterior, de direitos reais sobre quaisquer bens inclusive os de garantia;

III - a cessão, a desistência ou renúncia por ato gratuito, de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei é adotado o conceito de bem móvel e imóvel o de doação e cessão constante da lei civil.

Art. 2° - O imposto de que trata esta Lei assenta sobre as seguintes e principais modalidades de transmissões:

I - incorporação de bem móvel ou imóvel ao patrimônio de pessoa física ou jurídica;

II - transferência de bem móvel ou imóvel do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer dos seus sócios, acionistas ou dos respectivos sucessores;

III - instituição de usufruto vitalício ou temporário;

IV - partilhas efetuadas em virtude de falecimento ou separação judicial quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos bens em objeto, quota-parte cujo valor seja maior do que o valor de sua meação ou legítima totalidade dos bens arrolados;

V - divisões para extinção de condomínio, quando for recebida por qualquer condômino, quota-parte material cujo valor seja maior do que o da sua quota-parte ideal;

VI - cessão de direito do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

VII - herança ou legado mesmo no caso de sucessão provisória;

VIII - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão, mesmo quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa;

IX - cessão dos direitos de opção de venda de bens desde que o optante tenha direito a diferença de preço e não simplesmente a comissão;

X - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e ação a legado ou a herança cuja sucessão seja aberta no Estado;

XI - cessão de direitos e ação que tenha por objeto bem móvel ou imóvel situado no Estado;

§ 1° - não se considera existir transferência de direito na desistência ou renúncia à herança ou legado, desde

que se efetive dentro das seguintes circunstâncias concorrentes:

a) seja feita sem ressalva, em benefício do monte;

b) seja efetivada dentro de 60 (sessenta) dias contados da data do falecimento do "de cujus";

c) não tenha o desistente ou renunciante praticado, dentro do prazo estabelecido na alínea anterior, qualquer ato que demonstre intenção de aceitar a herança ou legado.

Art. 3º - Para efeito desta lei equipara-se à doação qualquer ato ou fato não oneroso que importe ou se resolva em transmissão de quaisquer bens ou direitos, tais como a renúncia, a desistência e a cessão.

Capítulo II

ISENÇÕES

Art. 4º - É dispensado o pagamento do imposto quando ocorrer:

I - a aquisição, por transmissão "causa mortis", do imóvel destinado exclusivamente a moradia do cônjuge supérstite ou herdeiro desde que outro não possua;

II - a aquisição, por transmissão "causa mortis" de imóvel rural com área não superior a vinte e cinco hectares, de cuja exploração do solo dependa o sustento da família do herdeiro ou do cônjuge supérstite a que tenha cabido por partilha desde que outro não possua;

III - a doação de imóvel rural com o objetivo de implantar o programa de reforma agrária instituído pelo Governo;

IV - a doação de aparelhos, móveis e utensílios de uso doméstico e de vestuário e sua transmissão "causa mortis".

Capítulo III

SUJEITO PASSIVO

Art. 5º - O sujeito passivo da obrigação tributária é:

I - nas transmissões "causa mortis" o herdeiro ou legatário.

II - nas transmissões "por doação" o adquirente dos bens ou direitos.

Capítulo IV

DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Art. 6º - São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

II - a empresa, instituições financeiras e bancárias e todo aquele a quem caiba a responsabilidade do registro ou a prática de ato que implique na transmissão de bem móvel ou imóvel e respectivos direitos e ações;

III - o doador na inadimplência do donatário;

IV - qualquer pessoa física ou jurídica que detenha a posse do bem transmitido na forma desta lei.

Capítulo V

LOCAL DE PAGAMENTO

Art. 7º - O imposto é pago:

I - No local da situação do bem, tratando-se de imóveis e de direito a eles relativos, inclusive, respectivas ações.

II - Tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos e respectivas ações, onde tiver domicílio:

a) o doador ou onde se processar o inventário ou arrolamento;

b) o donatário, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior;

c) o herdeiro ou legatário, quando o inventário ou arrolamento tiver sido processado no exterior;

d) o herdeiro ou legatário se o "de cujus" possua bens, era residente ou domiciliado no exterior, ainda que o inventário ou arrolamento tenha sido processado no país.

Capítulo VI

ÉPOCA, FORMA E PRAZO DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 8º - O imposto é pago na época, prazo e forma disciplinada em Instrução da Secretaria da Fazenda, ressalvados os casos especificamente disciplinados nos artigos seguintes deste Capítulo.

Art. 9º - O pagamento do imposto, nas transmissões por ato entre vivos, realizar-se-á:

I - nas transmissões por escritura pública, ou procuração em causa própria, antes de lavrado o respectivo instrumento;

II - nas transmissões por instrumento particular, mediante a apresentação deste à repartição fiscal, dentro de 30 (trinta) dias;

III - nas aquisições por escrituras ou instrumento particular lavrados fora do Estado ou em virtude de adjudicação, ou de qualquer sentença judicial, dentro de 60 (sessenta) dias do ato ou do contrato, cujo instrumento deverá ser apresentado à Secretaria da Fazenda para cálculos do imposto devido;

IV - nas aquisições de terras devolutas, ou direito a elas relativos, 60 (sessenta) dias após assinado o respectivo título que será apresentado à Secretaria da Fazenda para cálculo do imposto;

V - na incorporação de bens ao patrimônio de empresa, até 30 (trinta) dias da celebração do ato ou contrato;

VI - nas transmissões não documentadas, no momento da tradição.

Art. 10 - Nas transmissões "causa mortis", o pagamento do imposto realizar-se-á dentro de 30 (trinta) dias da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo ou da partilha amigável.

Parágrafo Único - Quando o débito total do imposto, nas transmissões "causa mortis", exceda a 25 (vinte e cinco) OTNs, ou não excedendo essa quantia, se os beneficiários forem menores, poderá o Secretário da Fazenda permitir o recolhimento em prestações mensais nunca superior a 20 (vinte), na forma da regulamentação específica.

Art. 11 - Aplica-se ao imposto de transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bem ou direitos e respectivas multas, a atualização monetária e o juro de mora, não capitalizável, de 1% (um por cento) ao mês ou sua fração.

Parágrafo Único - Serão observados em relação ao imposto de que trata esta lei os mesmos coeficientes e critérios utilizados para a cobrança dos juros de mora e a atualização monetária do imposto a que se refere o Inciso I alínea "b" do Artigo 155 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Capítulo VII ALÍQUOTAS

Art. 12 - A alíquota do imposto é 4% (quatro por cento) para qualquer transmissão.

Capítulo VIII BASE DE CÁLCULO

Art. 13 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos ou o valor do título ou crédito, transmitido ou doados, apurado mediante avaliação procedida pela Fazenda Pública Estadual.

Parágrafo 1º - A base de cálculo terá o seu valor revisto ou atualizado, sempre que a Fazenda do Estado constatar alteração no valor venal dos bens ou direitos transmitidos, ou vício na avaliação anteriormente realizada.

Parágrafo 2º - Em substituição do critério previsto no parágrafo anterior, e base de cálculo poderá ser momentaneamente atualizada na ocasião do pagamento do imposto, em substituição ao critério corrente de estipulação do valor venal por nova avaliação.

Art. 14 - Nas doações com reserva do usufruto ou na sua instituição gratuita a favor de terceiro, o valor dos direitos reais do usufruto, uso ou habitação, vitalício e temporários, será igual à metade do valor do total do bem, correspondendo o valor restante à sua propriedade separada daqueles direitos.

Parágrafo 1º - A cessão e à extinção

de usufruto aplicam-se as normas relativas à sua instituição.

§ 2º - Quando houver pluralidade de usufrutuários e nu proprietários, o valor do imposto será proporcional a parte conferida a cada usufrutuário ou nu proprietário.

Capítulo IX AVALIAÇÃO

Art. 15 - Pode a Fazenda Pública deixar de aceitar o valor declarado pela parte nas transmissões de propriedade de bens ou de direitos.

Art. 16 - Se o valor estipulado pela autoridade fiscal não fôr aceito pela parte, poderá esta requerer no prazo de 15 dias a avaliação contraditória, observadas as prescrições dos parágrafos seguintes:

§ 1º - A avaliação contraditória deverá ser precedida de requerimento, no qual constará o valor da avaliação feita pela autoridade fiscal e o valor atribuído pela parte consubstanciado em laudo expedido por perito juridicamente capaz e habilitado para tal fim.

§ 2º - Formalizado o processo os valores serão submetidos a apreciação do representante da Fazenda Pública da jurisdição para que decida no prazo de 05 (cinco) dias, que poderá optar por um ou outro, ou promover a conciliação dos valores conflitantes.

§ 3º - Em se tratando de bens que exijam conhecimentos técnicos, para garantia da avaliação, o perito signatário do laudo deverá preencher as condições indispensáveis.

Art. 17 - Os procedimentos administrativos de que trata este capítulo interromperão a fluência do prazo regulamentar de pagamento do tributo, reiniciando-se sua contagem a partir da ciência ao contribuinte da decisão de que trata o parágrafo 2º do artigo anterior.

Capítulo X PENALIDADES

Art. 18 - Nas aquisições "causa mortis" ou por ato entre vivos, o contribuinte ou responsável que não recolher o imposto nos prazos normais, fica sujeito à multa de 20% (vinte por cento) do imposto devido.

§ 1º - Se houver sonegação de bens direitos ou valores, o adquirente ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor ocultado à tributação, acumulativamente com a prevista no "caput".

§ 2º - A multa a que se refere o parágrafo anterior, será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando o infrator se prontificar a pagá-la, juntamente com o imposto devido, desistindo de qualquer

reclamação ou recurso.

§ 3º - As multas deste artigo poderão ser impostas proporcionalmente aos infratores, ou integralmente a qualquer deles.

Art. 19 - A Fazenda, por seu representante, como credora da herança pelos tributos não pagos, poderá requerer a ação de sonegados de acordo com os artigos 1.782 e 1.784 do Código Civil, se outros interessados não o fizerem.

Capítulo XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - O procedimento relativo ao lançamento de ofício, observará, no que couber, o rito do processo administrativo fiscal de instrução contaditória previsto na lei orgânica do imposto de que trata do art. 155, inciso I, alínea "b" da Constituição Federal.

Art. 21 - A Secretaria de Estado da Fazenda compete:

a) resolver os casos omissos e regulamentar esta lei através de instrução;

b) manter órgão que terá por incumbência específica responder a consultas sobre o imposto de que trata esta lei na forma da regulamentação específica.

§ 1º - As respostas às consultas servirão como orientação geral aos órgãos da Secretaria da Fazenda, não sendo passível de multa os contribuintes que praticarem atos baseados nas respectivas respostas, não ilidindo, todavia a parcela do crédito tributário relativo ao imposto, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de março de 1989, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício nº 916/88 - Gab.

Curitiba, 05 de dezembro de 1988.

Senhor Governador.

Pelo presente, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência as razões para instituição, no Estado do Paraná, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, que servirão de justificativa à Anteprojeto de Lei Ordinária, já encaminhado à Casa Civil.

O presente anteprojeto de lei ordinária diz respeito à lei orgânica que instituiu no Estado do Paraná o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e doações de Quaisquer Bens ou Direitos-ITCD, com base no artigo 155, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil.

O imposto de que trata este anteprojeto substitui, a nível estadual, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e Direitos a eles relativos previsto na Constituição Federal de 1967, instituído no Estado pela Lei 5464, de 31 de dezembro de 1966, cuja vigência irá de 1º de março de 1989, quando passa a vigor o novo Sistema Tributário Nacional.

A atual Constituição Federal, vigente desde 05 de outubro do corrente ano, com a reforma tributária implantada, dividiu a competência impositiva para tributar a transmissão de bens, entre os Estados Federados e os Municípios da seguinte forma.

Aos Estados Membros coube a tributação das transmissões "causa mortis" e por doações de quaisquer bens ou direitos, ou seja o novo tributo incide também sobre bens móveis e não apenas sobre bens imóveis, desde que a transmissão se processe por uma das duas modalidades supracitadas (via "causa mortis" ou doações).

Passou para os Municípios a competência para tributar as transmissões "inter vivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e respectivos direitos reais (art. 156, inciso II da Constituição Federal).

O anteprojeto, portanto, pretende a instituição do novo tributo estadual dentro do perfil constitucional definindo o seu campo de incidência, fato gerador, base de cálculo, sujeição passiva, responsabilidade solidária, alíquota, penalidades e isenções.

Relativamente aos tópicos supracitados, cabe salientar, em especial o das isenções e o da responsabilidade solidária.

No primeiro, atendendo relevante interesse social, se desonera do pagamento do ITCD as aquisições "causa mortis" de imóvel urbano, ou rural até 25 hectares, destinados a moradia ou do qual dependa o sustento da família do adquirente que outro não possua e, aqueles imóveis destinados a implantação de reforma agrária com o assentamento de famílias.

Isenta-se também, as doações de bens de uso doméstico e de vestuário e sua transmissão "causa mortis" tendo em vista a pouca representatividade econômica a nível de tributo.

Relativamente à responsabilidade solidária esta passa a ter relevância na medida em que o imposto incide sobre bens móveis, cuja tradição (fato gerador do ITCD) se opera pela simples entrega de coisa móvel, na forma da lei civil, ou mediante simples registro em assentamentos particulares.

Nestes casos o instituto da responsabilidade se constitui em elemento de grande eficiência para a fiscalização e con-

trole do pagamento do imposto.

Quanto ao mais procurou-se manter os preceitos e instituições da antiga Lei 5484/67, aplicáveis ao novo tributo, já que sobre estes há farta doutrina e jurisprudência consolidadas e que devem ser, por conveniência tanto dos contribuintes como da Fazenda Pública, aproveitadas.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, ao ensejo, reiteramos a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) LUIZ CARLOS HAULY
Secretário de Estado da Fazenda

MENSAGEM N° 126/88

Curitiba, 06.12.88.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que institui o Adicional do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (A.I.R.).

A inclusa cópia autêntica do Ofício n° 917/88, de 05 de dezembro de 1988, a mim dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida ora encaminhada ao exame dessa Augusta Assembleia Legislativa, o que, face à urgência e relevância da matéria, solicito seja feito no atual período de convocação extraordinária, a fim de que por força de preceitos da Magna Carta, seja transformada em lei com eficácia a partir de 1° de março de 1989.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Esta Lei institui com base no inciso II, do artigo 155, da Constituição da República Federativa do Brasil, o Adicional do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (A.I.R.).

CAPÍTULO I Do Fato Gerador

Art. 2° - O Adicional tem como fato gerador o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza que for pago à União, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, tais como definidos na legislação específica.

Parágrafo Único - O Adicional não incide sobre rendimentos do trabalho assala-

Curitiba, quarta, em 07.12.88
riado, autônomo ou "pro-labore".

CAPÍTULO II Da Base de Cálculo.

Art. 3° - A base de cálculo do Adicional é o montante pago à União a título de Imposto de Renda incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

CAPÍTULO III Da Alíquota

Art. 4° - A alíquota do Adicional é de 5% (cinco por cento).

CAPÍTULO IV Da Sujeição Passiva SEÇÃO I Do Contribuinte

Art. 5° - O Contribuinte do Adicional é a pessoa física ou jurídica sujeita ao Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

Parágrafo Único - Para os efeitos do Adicional, equiparam-se à pessoa física ou jurídica o espólio, a massa falida, o condomínio, as sociedades irregulares, as cooperativas, as entidades educacionais, sociais ou esportivas, com finalidade lucrativa e outras a elas assemelhadas.

SEÇÃO II Do Responsável

Art. 6° - Respondem pelo pagamento do Adicional:

I - todas as pessoas nominadas como responsáveis ou que vierem a ser eleitas como tais pela legislação relativa ao imposto de que trata o artigo 153, inciso III da Constituição Federal.

II - as pessoas jurídicas, domiciliadas neste Estado que, na qualidade de fontes pagadoras dos lucros, ganhos e rendimentos de capital, retiverem e recolherem imposto à União, cujo beneficiário não se identificar ou, se identificado, for pessoa física ou jurídica domiciliada neste Estado.

SEÇÃO III Do Domicílio Tributário

Art. 7° - Considerar-se-á domicílio tributário:

I - Quando se verificar mais de uma residência, com relação à pessoa física ou a pluralidade de estabelecimentos, relativamente à pessoa jurídica, considerar-se-á como domicílio do contribuinte o lugar de auferição das vantagens ou da ocorrência

dos atos ou fatos que deram origem aos lucros, ganhos e rendimentos de capital.

II - No caso de aplicações financeiras o lugar da residência da pessoa física, ou o da situação do estabelecimento que acumulou capital que deu origem à obrigações, ou que detem a titularidade e realizou a entrada dos lucros, rendimentos e ganhos no seu patrimônio.

III - O do estabelecimento das pessoas jurídicas localizadas neste Estado que, na qualidade de fonte pagadora dos rendimentos de que trata o artigo 2º, retiverem ou recolherem imposto incidente sobre estes rendimentos cujo benefício não ouse identificar ou, se identificado, for pessoa física ou jurídica domiciliada neste Estado.

CAPÍTULO V Do Crédito Tributário SEÇÃO I Do Lançamento

Art. 8º - O Adicional será arrecadado mediante lançamento por homologação, cabendo ao sujeito passivo preencher o formulário e efetivar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

§ 1º - As fontes pagadoras de que trata o inciso III do artigo 7º são obrigadas a reter, juntamente com o imposto incidente sobre rendimento em seu poder, o adicional devido nos termos desta Lei.

§ 2º - As instituições financeiras localizadas noutro Estado obrigadas a reter, juntamente com o imposto incidente sobre rendimentos em seu poder, em relação a beneficiário domiciliado neste Estado, deverão preencher o formulário, efetivar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa e realizar o repasse do crédito tributário ao Estado do Paraná, na forma prevista na legislação regulamentar em instrução a ser expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

SEÇÃO II Do Pagamento

Art. 9º - O pagamento do adicional devido será efetuado pelo contribuinte e responsável nos mesmos prazos estabelecidos pela União para pagamento do Imposto Sobre a Renda.

Parágrafo Único - Se o Imposto Sobre a Renda for pago após o vencimento, a base de cálculo do adicional será a importância total paga a título de imposto e correção monetária.

Art. 10 - O pagamento será efetuado nos locais e formas fixados mediante instrução normativa a ser expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

SEÇÃO III Da Atualização Monetária dos Créditos Tributários

Art. 11 - Ocorrendo o pagamento do Adicional após o vencimento, o crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado monetariamente, exceto quando garantido pelo depósito, na forma da Lei, do seu montante integral.

§ 1º - A atualização monetária será o resultado da multiplicação do crédito tributário pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de uma OTN do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

§ 2º - No mês em que no primeiro dia útil inexistir oficialmente o valor da OTN prevalecerá o vigente no mês anterior.

§ 3º - Na impossibilidade de adoção dos critérios acima para o cálculo da atualização monetária, adotar-se-á para esse fim, o estabelecimento pela União na cobrança dos impostos federais.

§ 4º - A Secretaria da Fazenda através de norma divulgará mensalmente os coeficientes de atualização referidos nos parágrafos anteriores deste Artigo.

§ 5º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador adotar-se-á para o cálculo da correção monetária a média dos índices do período verificado.

§ 6º - Quando a multa decorrer do descumprimento de obrigações tributárias acessórias a correção monetária será calculada a partir do mês da lavratura do Auto de Infração.

§ 7º - Quando o pagamento da correção monetária for a menor, a insuficiência será atualizada com base no índice do mês em que ocorreu aquele pagamento.

§ 8º - Nos casos de parcelamento os créditos tributários serão atualizados até o mês da celebração do acordo e o valor total convertido em quantidade de OTN.

SEÇÃO IV Dos Juros de Mora

Art. 12 - O crédito tributário atualizado monetariamente, inclusive o decorrente de multa, será acrescido de juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um) por cento ao mês ou fração.

§ 1º - Os juros previstos neste artigo serão contados:

I - a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

II - a partir do mês seguinte ao da ciência, pelo contribuinte, da decisão de-

finalidade que reconhecer legítimo o crédito tributário.

SEÇÃO V Da Penalidade

Art. 13 - O adicional, ou diferença de adicional, cobrado mediante lançamento de ofício será acrescido de multa de 50% ou, no caso de fraude, de 150%.

CAPÍTULO VI Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 14 - A autoridade administrativa mediante regulamentação poderá exigir a apresentação de declaração de todos os pagamentos efetuados no ano anterior, informando a data, o agente arrecadador, o número do formulário, o valor do adicional e a espécie de rendimento ou renda computado na base de cálculo do imposto.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a União para que esta arrecade, juntamente com o imposto sobre a renda, o adicional de que trata esta Lei, creditando seu valor em conta bancária do Estado.

Disposições Gerais

Art. 16 - O procedimento relativo ao lançamento de ofício, observará, no que couber, o processo administrativo fiscal de instrução contraditória previsto na Lei Orgânica do imposto de que trata o art. 155, inciso I, alínea "b" da Constituição Federal.

Art. 17 - À Secretaria de Estado da Fazenda compete:

a) resolver os casos omissos e regulamentar esta Lei através de instrução.

b) manter órgão que terá por incumbência específica responder a consultas sobre o imposto de que trata esta Lei na forma da regulamentação.

§ 1º - As respostas às consultas servirão como orientação geral aos órgãos da Secretaria da Fazenda, não sendo passível de multa os contribuintes que praticarem atos baseados nas respectivas respostas não ilidindo, todavia, a parcela do crédito tributário relativo ao imposto constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de março de 1989.
À Diretoria Legislativa.

Ofício n. 917/88-Gab

Curitiba, 05 de dezembro de 1988.
Senhor Governador.

Pelo presente, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência as razões que justifi-

cam a instituição, no Estado do Paraná, do Adicional sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (AIR).

O texto constitucional no artigo 155, II, fixou a competência estadual para instituir o Adicional sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (AIR).

Trata-se, como o próprio nome traduz, de um adicional de até 5% (cinco por cento) incidente sobre outro imposto da alçada de competência da União.

É tributo novo, e a presente proposição pretende, observado o perfil constitucional, definir o seu campo de incidência, fato gerador, base de cálculo, sujeição passiva, responsabilidade de terceiros, alíquota, regras de domicílio fiscal e penalidades.

Visceralmente ligado ao Imposto de Renda, dele não poderá desvincular-se, haja vista a simultaneidade da ocorrência do seu fato gerador com o pagamento daquele imposto. Desta forma, a conceituação dos seus elementos fundamentais, tais como as áreas restritas de incidência: lucros, ganhos e rendimentos de capital, deverá ser absorvida da legislação federal, ora em vigor. Da mesma forma, os prazos de pagamento coincidirão com os daquele imposto.

De natureza complexa, embora à primeira vista pareça definir-se como apenas um acréscimo no percentual de alíquota do Imposto de Renda, este novo tributo, sob o enfoque da distribuição constitucional de sua competência aos Estados membros, observará regras próprias de fixação do domicílio tributário de seus contribuintes, com vistas a trazer ao nosso Estado a contrapartida de riquezas aqui acumuladas.

Também, por consequência, o presente Anteprojeto, busca determinar a responsabilidade específica das pessoas jurídicas qualificadas pela legislação do Imposto de Renda, como fontes pagadoras dos rendimentos, obrigados a reterem e recolherem o imposto federal, ainda que localizadas noutra unidade da Federação.

Menção de importância fundamental, é a de o Anteprojeto ter-se preocupado com a concessão do benefício da exclusão do campo de incidência do Adicional do Imposto de Renda (AIR), os rendimentos do trabalho assalariado, autônomo ou "pro labore".

A justificativa de tal pretensão está assentada no sólido alicerce de uma política tributária justa que procura retirar da excessiva concentração de encargos, os trabalhadores paranaenses.

Historicamente é sabido que o aumento da carga tributária que recai sobre o trabalhador paranaense é fator impeditivo do seu crescimento pessoal, e, reflexivamente, de todos os setores culturais e produtivos do nosso Estado.

É de importância relevante, ressaltarmos que o ponto crucial da arrecadação e controle do Adicional está em que, o Estado necessitará valer-se da estrutura e apoio técnico da União, notadamente da Receita Federal que administra o Imposto de Renda.

Sobre o problema, propõe o Anteprojeto, seja firmado pelo Poder Executivo, convênio com a União, para que esta arrecade, juntamente com o imposto de renda, o tributo estadual.

Cabe alertar que a Lei Ordinária instituidora do presente tributo - Adicional sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, deverá ser publicada até o último dia do exercício em curso. Esta providência, de observância, estrita, decorre do princípio da Anterioridade, consagrado no artigo 150, inciso III, alínea "B" da Constituição da República Federativa do Brasil.

Cumprida essa condição constitucional, o Adicional sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS HAULY

Secretário de Estado da Fazenda

MENSAGEM 127/88

Curitiba, 06 de dezembro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que versa sobre a cobrança da "Taxa Judiciária" a que se refere o Decreto n. 962, de 23 de abril de 1932,

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 919/86, de 05 de dezembro de 1988, a mim dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida ora encaminhada ao exame dessa augusta Assembléia Legislativa, o que, face à urgência e relevância da matéria, solicito seja feito no atual período de convocação extraordinária, a fim de que, por força de preceitos constitucionais, seja transformada em lei ainda neste exercício financeiro e tenha eficácia a partir de 1º de janeiro de 1989.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A taxa judiciária a que se refere o Decreto n. 962, de 23 de abril de 1932, será o equivalente a 0,2% (zero virgula dois por cento) do valor da causa.

Parágrafo Único - A taxa a que se refere este artigo terá como limite mínimo e máximo os valores correspondentes a 4% (quatro por cento) e 80% (oitenta por cento), respectivamente, do valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, em vigor na época do pagamento.

Art. 2º - Quando se tratar de feito de valor inestimável, a taxa judiciária devida, será o equivalente ao limite mínimo fixado nesta Lei, devendo a parte proceder ao pagamento de eventual diferença, no caso de identificação, arbitramento ou modificação do valor da causa declarado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1989, ficando revogada a Lei n. 7.810 de 29 de dezembro de 1983 e as demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício n. 919/88 - Gab.

Curitiba, 05 de dezembro de 1988.
Senhor Governador.

Tem o presente a finalidade de levar ao conhecimento de Vossa Excelência as razões para alteração da Lei n. 7810/83, que versa sobre a cobrança da Taxa Judiciária no Estado do Paraná.

A cobrança da taxa judiciária devida por ocasião da propositura em juízo de ações de qualquer natureza é fundada em critérios estabelecidos na Lei 7810, de 19.12.83, um de natureza fixa, com base no valor da causa, e outro de natureza variável a, UPF/PR, reajustável semestralmente com base na variação da OTN.

Tais parâmetros para cálculo da Taxa Judiciária têm apresentado distorções no pagamento do tributo por parte daqueles que buscam a prestação jurisdicional, já denunciados à administração por parlamentares, advogados em particular e pela Ordem dos Advogados - Seção Paraná.

De fato, a aplicação da tabela progressiva para cobrança da Taxa Judiciária, desvirtua o espírito da Lei conforme demonstram os exemplos seguintes: o autor de causa correspondente ao valor mínimo da base de cálculo estipulada na legislação vigente, Cz\$ 500,00, pagará cerca de 50% do seu valor; se o valor da causa ultrapassar em Cz\$ 1,00 o limite máximo, Cz\$ 5.001,00, pagará cerca de 99% do seu valor e, ainda, se o valor da causa for Cz\$ 5.000.000,00, seu autor pagará tão somente

0,1% do seu valor.

Situação que se agravará ainda mais no próximo exercício, quando for atualizada a Unidade Padrão Fiscal do Estado para o 1º semestre de 1989, acarretando, em muitos casos a imposição de uma taxa superior ao valor da causa.

Oportuno também esclarecer que além da modificação dos critérios para apuração do valor da taxa judiciária, foi suprimida, no Projeto de Lei a disposição contida no artigo 1º da Lei n. 7810/83, que destinava a verba obtida com a arrecadação deste tributo ao Fundo Penitenciário, em virtude do entendimento de que tal vinculação, embora em face da nova Constituição da República (inciso IV do artigo 167) não seja mais vedada relativamente às taxas, é inconstitucional por ferir proibição contida no parágrafo 3º, do artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Não fosse o óbice constitucional, desaconselha ainda tal vinculação a natureza do tributo em questão cuja imposição se faz, exclusivamente para custeio do serviço prestado pelo Poder Judiciário. Portanto destinar seu produto a fim outro que não o de fazer frente às despesas realizadas para a prestação da tutela jurisdicional, importa desvirtuamento do tributo tal como instituído, além de acarretar prejuízo ao Poder Judiciário, que deverá buscar entre rubricas outras de seu orçamento, número suficiente para custear o serviço prestado.

Vale ainda lembrar que pelos motivos expostos sobejam razões ao judiciário para insurgir-se contra o dispositivo da lei que gravar receita originalmente a ele destinada.

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

LUIZ CARLOS HAULY

Secretário de Estado da Fazenda

MENSAGEM 128/88

Curitiba, 06 de dezembro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que estabelece e consolida normas de tratamento tributário pertinentes ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), instituído pela Lei n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985 e mantido pelo art. 155, inciso I, letra "c", da Constituição Federal.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 915/88, a mim dirigido pela Secretaria de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da

medida ora encaminhada ao exame dessa augusta Assembléia Legislativa, o que, face à urgência e relevância da matéria, solicito seja feito no atual período de convocação extraordinária, a fim de que, por fora de preceitos constitucionais, seja transformada em lei ainda neste exercício financeiro e tenha eficácia a partir de 1º de janeiro de 1989.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI

Art. 1º - Esta Lei estabelece o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotores (IPVA), instituído pela Lei n. 8.810, de 31.12.85, e mantido no âmbito de competência do Estado pelo Art. 155, inciso 1, alínea "C" da Constituição Federal do Brasil.

CAPÍTULO I DO FATO GERADOR

Art. 2º - O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor.

Parágrafo 1º - Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - no momento da aquisição de veículo nacional novo,

II - no momento do ingresso no território nacional de veículo adquirido do exterior,

III - no momento do arremate em leilão,

IV - no primeiro dia de cada ano

§ 2º - Em relação aos veículos novos, enquanto a propriedade for de concessionárias com o fim de revenda, não ocorre o fato gerador de IPVA.

§ 3º - O IPVA é vinculado ao veículo. No caso de sua alienação, o comprovante do pagamento será transferido ao novo proprietário para efeito de registro ou averbação no órgão de trânsito.

CAPÍTULO II DA BASE DE CÁLCULO

Art. 3º - A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo:

§ 1º - no caso de veículo novo, o preço constante, do documento fiscal de aquisição, incluído o valor dos opcionais, e acessórios, nunca inferior ao valor autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços (CPI) ou outro órgão que vier a disciplinar.

§ 2º - quando se tratar de veículo importado não licenciado no país, o valor

constante do documento de importação acrescido dos tributos e despesas incidentes por ocasião do despacho aduaneiro ou do valor da arrematação em leilão oficial acrescido dos tributos incidentes e das despesas debitadas ao arrematante;

§ 3º - nas hipóteses dos parágrafos anteriores, a base de cálculo será calculada em 1/12 (um doze avos) por mês, a partir da data da ocorrência do fato gerador;

§ 4º - o valor a que se refere o "caput" deste artigo, na hipótese do inciso IV do parágrafo 1º do artigo 2º, será o constante da tabela anexa, expresso em cruzados e convertido em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), do mês de novembro do exercício anterior ao do fato gerador uniforme em todo território paranaense para aplicação do valor desta obrigação vigente no mês do vencimento do imposto;

§ 5º - o valor da base de cálculo previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo será convertido em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), tomando-se por referência o valor desta obrigação no mês da ocorrência do fato gerador, aplicando-se a variação percentual ocorrida até o mês de vencimento do imposto.

CAPÍTULO III DA ALÍQUOTA

Art. 4º - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para ônibus e caminhões;

II - 2% (dois por cento) para os demais veículos.

CAPÍTULO IV DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 5º - São contribuintes do IPVA a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor.

Art. 6º - São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido.

I - Solidariamente:

a) os despachantes que tenham promovido os despachos de registro e licenciamento do veículo sem o pagamento do IPVA;

b) o leiloeiro, síndico, comissário, liquidante e o inventariante;

c) o adquirente de veículo com alienação fiduciária ou com reserva de domínio;

d) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo, mesmo a título precário.

II - Subsidiariamente, as pessoas arroladas nas demais hipóteses previstas no Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único - O tributo pode ser cobrado do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último sub-rogado nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se sua responsabili-

dade à punibilidade por infração tributária.

CAPÍTULO V DO LANÇAMENTO

Art. 7º - O IPVA será devido anualmente e lançado de ofício, ou por homologação, a critério da autoridade administrativa encarregada da realização do lançamento.

CAPÍTULO VI DO PAGAMENTO

Art. 8º - O local, a forma e os prazos de pagamento serão fixados em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda, facultada a concessão do pagamento em até 3 (três) parcelas.

§ 1º - No pagamento do imposto em única parcela no prazo regulamentar, será concedida uma redução de 20% (vinte por cento) do valor devido.

§ 2º - O tributo deverá ser obrigatoriamente recolhido junto à rede bancária oficial do Estado, ficando a critério da Secretaria de Estado da Fazenda firmar Convênios com outros estabelecimentos de crédito para recolhimento nas praças desprovidas de agência bancária da rede oficial do Estado.

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES

Art. 9º - A falta de pagamento do IPVA no prazo regulamentar sujeita o infrator à multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo Único - A multa prevista neste artigo será reduzida para 10% do valor do imposto devido, para o recolhimento efetuado até o último dia útil do mês da expiração do prazo de pagamento.

Art. 10 - O sujeito passivo que deixar de requerer sua exclusão do Cadastro de Contribuintes do IPVA, no prazo previsto no parágrafo 3º do artigo 16, fica sujeito à multa de 4 (quatro) OTN vigente no mês da infração.

Art. 11 - A prestação de falsa declaração com o objetivo de exonerar-se do pagamento total ou parcial do tributo, sem prejuízo da cobrança do montante que deixou de ser pago, através de lançamento de ofício, sujeita o infrator à multa de 300% (trezentos por cento), do respectivo valor.

CAPÍTULO VIII DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 12 - O crédito tributário quando não pago no prazo regulamentar, será cor-

rigido monetariamente com base na variação percentual da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) ocorrida entre o mês do vencimento do imposto e o mês em que se efetivar o pagamento.

CAPÍTULO IX DOS JUROS DE MORA

Art. 13 - O crédito tributário atualizado monetariamente será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculado a partir de mês em que tenha expirado o prazo de pagamento.

CAPÍTULO X DAS ISENÇÕES

Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA, os veículos:

I - sobre os quais, em razão do tipo, a legislação específica proíba o tráfego em vias públicas;

II - de propriedade do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro;

III - nacionais e estrangeiros, respectivamente com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação;

IV - utilizados no transporte público de passageiros, na categoria aluguel (TAXI);

V - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linhas de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas;

VI - especificamente construídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégico ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem conduzir veículos comuns, cujo proprietário possua Carteira Nacional de Habilitação que indique os mecanismos especiais do veículo a permitir-lhe a condução;

VII - de propriedade de empresas públicas.

CAPÍTULO XI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 15 - A Regulamentação do procedimento administrativo relativo ao lançamento e apuração de infrações do IPVA, é de competência do Poder Executivo.

CAPÍTULO XII DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 16 - Compete à Secretaria de Estado da Fazenda, com auxílio do Departamento Estadual de Trânsito, da Polícia Militar do Estado e, na forma de Convênio, da Polícia Rodoviária Federal e dos Municípios, fiscalizar a execução desta Lei.

§ 1º - Os órgãos estaduais a que se

Curitiba, quarta, em 07.12.88

refere este artigo manterão um Cadastro atualizado dos veículos vinculados obrigatoriamente ao IPVA.

§ 2º - O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, não concederá transferência de propriedade para outro Estado ou licenciamento de veículo sem prova de regularidade do IPVA a ele relativo.

§ 3º - Nas hipóteses de roubo ou destruição total do veículo, deverá o contribuinte ou o responsável, conforme o caso, comunicar o evento, requerendo, no prazo de 30 (trinta) dias contado da sua ocorrência, junto ao Departamento Estadual de Trânsito, a sua exclusão do cadastro, na forma disposta em norma complementar.

CAPÍTULO XIII DA REPARTIÇÃO DA RECEITA

Art. 17 - Os prazos e a forma do depósito e os critérios de distribuição da quota municipal do IPVA serão estabelecidos pelo Poder Executivo observadas as normas específicas constantes da legislação federal relativa à matéria.

A Secretaria de Estado da Fazenda transferirá aos municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do IPVA relativo aos veículos automotores licenciados em seus territórios.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei 8216 de 31.12.85, os artigos 1º e 2º da Lei 8297 de 08.05.86, a Lei n. 8436 de 24.12.86, a Lei n. 8472 de 30.03.87 e a Lei n. 8668 de 21.12.87.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1989. À Diretoria Legislativa.

Ofício n. 915/88-Gab.

Curitiba, 05 de dezembro de 1988.
Senhor Governador.

Tem o presente a finalidade de levar ao conhecimento de Vossa Excelência as razões para alteração da Lei n. 8.216, de 31.12.85, conforme proposta de Anteprojeto de Lei já encaminhada.

O IPVA é um imposto já instituído no Estado pela Lei n. 8.216, de 31.12.85. A citada Lei, com as alterações posteriores, atendem perfeitamente todos os requisitos constitucionais, inclusive pelo novo sistema tributário, que nada modificou em relação a este tributo.

Todavia, em face de alguns detalhes e problemas de ordem prática, sentidos pela experiência na administração e execução da

lei, necessitarem de solução legal, no mínimo ensejaria proposta de Anteprojeto de Lei alterando alguns dispositivos hoje em vigor.

Por motivos didáticos é que se propõe o presente anteprojeto que, além de alterar o que se faz mister, consolida toda a legislação e permitindo aos interessados (contribuintes e fisco) maior facilidade no exame da matéria.

As alterações básicas contidas no anteprojeto são.

a) no artigo 2º, desvincula o licenciamento do veículo como momento de ocorrência do fato gerador, elegendo o momento da aquisição. Esta alteração evita que o adquirente de veículo novo ou importado retarde e avilte o valor do imposto devido, usando do artifício de não o levar a registro e licenciamento nos prazos previstos pela legislação do Trânsito.

b) na base de cálculo, a novação está contida nos parágrafos 4º e 5º do artigo 3º, onde se busca otimizsar o valor venal até o mês de pagamento do imposto. Estes dispositivos vêm fazer justiça aos contribuintes que, exemplificando, possuem o final de placa 1 e 2, deviam pagar o imposto em março ou abril e os com finais 9 e 0 em agosto. Com inflação que convivemos, é óbvio que os últimos pagarão muito menos do que os primeiros, ainda mais porque a tabela de valores anexa, foi elaborada com base em valores de mercado do corrente mês. O escalonamento por finais de placa é necessário em face da impossibilidade operacional de um único mês, fazer-se vencer o imposto de 1.200.000 veículos e ainda o interesse de desburocratizar e facilitar para o contribuinte, incluindo um único documento, o pagamento do IPVA, taxas de Trânsito, Licenciamento e Certificado de Registro.

c) o artigo 4º mantém as mesmas alíquotas, com única alteração, qual seja: retira motocicleta da alíquota de 1% incluindo-se na de 2% permanecendo com alíquota menor, apenas caminhões e ônibus, em razão dos relevantes serviços prestados por tais categorias de veículos a comunidade.

d) no artigo 9º, manteve-se as mesmas multas já previstas, modificando-se apenas o Parágrafo Único, visando manter somente uma redução para 10%, tendo em vista

que as diversas reduções concedidas pela Lei n. 8.668/87, causaram diversos problemas operacionais, não só para a Fazenda Pública, como para o agente arrecadador (Bancos) e para os próprios contribuintes.

e) por fim, alterou-se um dispositivo isencional (inciso IV do artigo 14), ampliando o benefício para todos os veículos classificados na categoria de aluguel (TAXI), que hoje é dado apenas aos de propriedade de profissional autônomo da atividade de taxista. Esta proposta visa eliminar a discriminação no tratamento tributário, inclusive em respeito ao princípio constitucional da isonomia. Neste artigo, exclui-se isenção aos veículos cujo imposto daria menor do que meia OTN. Na prática isto pouco existe, mesmo porque, a isenção do inciso III, (veículos com 15 anos), absorve quase o inverso de veículo com pequeno valor.

É oportuno destacar que o IPVA submete-se ao princípio constitucional da anualidade (Art. 150, III, b), devendo a Lei ser sancionada neste exercício para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1989, inclusive, pelo princípio da recepção da legislação, conforme expressa o § 5º do Art. 34 das disposições constitucionais transitórias, a Lei como proposta no Anteprojeto terá aplicação também a partir da vigência do novo sistema tributário.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

(a) LUIZ CARLOS HAULY

Secretário de Estado da Fazenda

...(tabelas em anexo)...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Lido o Expediente e nada mais havendo a tratar, a Mesa anuncia para amanhã a próxima sessão, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 303 e 304/88

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 66, 67, 70 e 71/88

Levanta-se a sessão.